

Jornal da Tarde

20/09/2003

Vocação de agricultor

CELSO MING, DANILO VIVAN

A aptidão e a experiência anterior com agricultura por parte dos chefes de família que se candidatam a receber os lotes da reforma agrária devem ou não ser critérios prioritários nos assentamentos?

Um estudo do Incra/FAO publicado em 1998 ("Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais") diz que não: "A pesquisa derrubou o mito de que o acesso à terra deve ser oferecido apenas aos demandantes com sólidos laços com a vida rural. Alguns casos mostraram que a trajetória urbana anterior dos assentados não implica alto índice de evasão."

Mas o coordenador do estudo, o professor Carlos Guanziroli, da Universidade Federal Fluminense (UFF), explica que essa postura quer dizer, apenas, que pode haver, sim, sucesso em assentamentos feitos com famílias de origem predominantemente urbana. "Mas são casos isolados, e não a regra."

Ele acrescenta que, em geral, "uma empregada doméstica que nunca manejou uma enxada tenderá a desistir da agricultura tão logo tenha de trabalhar a terra dura." Para ilustrar a idéia, cita o caso do assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes (RJ). Criado a partir da desapropriação de uma fazenda de cultivo de cana-de-açúcar, recebeu cerca de 520 famílias.

Desse universo, 70 chefes de família eram filhos de agricultores e ex-arrendatários de terras da região; 300, ex-cortadores de cana-de-açúcar e outros 150 viviam anteriormente em cidades. Os maiores índices de evasão foram registrados no grupo de origem urbana. Embora possuíssem experiência com o trabalho na lavoura, os ex-cortadores de cana-de-açúcar não tinham noção do que fosse gerenciar propriedades e isso levou alguns a desistir. Os menores índices de evasão foram registrados entre os filhos de agricultores e ex-arrendatários — a maioria, ex-plantadores de abacaxi e maracujá. "Esse grupo conhecia o cultivo de frutas e não tardou a fornecer o produto para fábricas da região."

Prioridade para Guanziroli, o objetivo principal da reforma agrária deve ser o de resolver problemas de pessoas experientes em agropecuária com dificuldades para aumentar sua renda doméstica por falta de terras. Ele acha que assalariados da agropecuária, como os cortadores de cana-de-açúcar e colhedores de laranja, não devem ser beneficiados com assentamentos. "Isso implica transformar o bóia-fria em agricultor, o que exige treinamento que leva tempo e custa muito."

Mesma opinião tem o ex-presidente do Incra Xico Graziano, para quem "os filhos dos pequenos agricultores têm de ter prioridade na distribuição da terra." Mas só isso não resolve. "É preciso fornecer capacitação para a atividade agrícola, por meio de cursos ministrados em universidades regionais e instituições governamentais de extensão rural como as Ematers; infra estrutura nos assentamentos e mecanismos de integração aos mercados consumidores."

O professor Gerd Sparovek, da Esalq-USP, autor do estudo "A qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira", vê a questão por outro ângulo. "Se o objetivo da reforma agrária for transformar assentados em pequenos empresários do agronegócio, a experiência com agricultura é importante. Mas o principal objetivo dos assentamentos não é transformar

trabalhadores rurais em empresários rurais, mas dar condições de vida melhores do que as existentes na periferia das grandes cidades.”

Indefinição

Ele reconhece que os assentamentos não são “nenhum oásis”, mas lembra que, em parte deles, a infra estrutura é igual ou melhor que a existente nos bairros pobres dos centros urbanos. Mas, se é mesmo isso; se a reforma agrária não tem nada que ver com política agrícola; e os assentamentos só têm por finalidade tirar o trabalhador do buraco em que está — não seria melhor usar os R\$ 40 mil que o setor público despeja por assentado na capacitação do trabalhador para outras atividades? Já houve quem sugerisse que, em vez de multiplicar assentamentos destinados ao fracasso, o governo desse um taxi para cada chefe de família.

Sparovek entende que não. “Boa parte dos assentados não é sequer alfabetizada e, portanto, esses programas teriam de começar do zero, com custos até mais altos do que os da reforma agrária.”

Outro especialista, o professor Antônio Márcio Buainain, da Unicamp, explica que o Incra já define os “critérios de elegibilidade” na distribuição dos lotes. Entre eles estão a exigência de que o candidato não possua imóveis rurais de tamanho igual ou superior a um Módulo Rural e a de não auferir renda familiar superior a três salários mínimos. “Na prática, no entanto, são os movimentos sociais que escolhem os assentados. E um dos critérios que predominam na escolha é o grau de comprometimento do candidato com o movimento.”

Ele observa que o governo nunca soube definir-se sobre a finalidade da reforma agrária: se é diminuir a tensão social, reduzir a miséria ou se é combater a pobreza de maneira sustentável. “Nesse último caso, a seleção dos assentados deve levar em conta a aptidão do candidato para a agricultura.”

E acrescenta que a crise econômica, que aumenta o desemprego e diminui a renda, conjugada com o pacote de benefícios que o Incra fornece aos assentados, fazem com que muitos moradores pobres das cidades que nunca pensaram em ser agricultores engrossem os movimentos pela reforma agrária.

(Página 2A BRASIL)